

Nº PROCESSO	AUTOR	RÉU	AÇÃO	OBJETO DA AÇÃO	STATUS PROCESSUAL
0000775-44.2016.8.27.2712	MINISTÉRIO PÚBLICO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	Descumprimento de decisão judicial – fornecimento de tratamento médico à criança	Sentença improcedente em 22/08/2024
0000166-27.2017.8.27.2712	MINISTÉRIO PÚBLICO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	Portal da Transparência não encontra-se alimentada com informações sobre receitas e despesas, bem como de outras informações exigidas pela legislação.	Não contestou a ação, pedido de ofício ao TCE-TO para apurar
0000325-67.2017.8.27.2712	MUNICIPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	sistema SIOPS - Sistema De Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde , que não foi enviada a sexta remessa de informações do ano de 2016, consequentemente o FPM – Fundo de Participação dos Município foi bloqueado.	Despacho para o município impugnar a contestação
0000907-67.2017.8.27.2712	MUNICIPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	Deixou de fazer o Encaminhamento das Contas Anuais (Demonstrativos Contábeis citados na Lei nº 4.320/1964) relativas ao exercício de 2016 e 2015, para a consolidação das contas dos Entes da Federação	Pós impugnação - Despacho: OFICIE-SE o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins solicitando que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, informe sobre a prestação de contas realizada nos anos de 2015 e 2016 pelo gestor do município de Axixá do Tocantins/TO.
0000908-52.2017.8.27.2712	MUNICIPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	sistema SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação , que não foi alimentado com informações da remessa do exercício de 2016	Despacho: DETERMINO a citação do requerido para que conteste ação no prazo de 30 (trinta) dias

0000930-13.2017.8.27.2712	MINISTÉRIO PÚBLICO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	ausência de apresentação de prestação de contas em convênio para a implantação dos serviços de reforma, paisagismo, construção de canteiros, ilhas rotatórias e praças.	autos conclusos para decisão de saneamento
0000711-63.2018.8.27.2712	MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	pendências na prestação de contas do transporte escolar referente ao ano de 2014 para regularização do relatório de fiscalização nº 1.512/2017.	autos conclusos para decisão de saneamento – pedido do MP para que seja oficiado a Secretaria do Estado da Educação, Juventude e Esportes para informar acerca da regularidade das contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, no exercício de 2014
0000963-66.2018.8.27.2712	MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	RAGY CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e outros	Ação Civil de Improbidade Administrativa	Termo de Compromisso firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para construção da cobertura de uma quadra poliesportiva em Escola – pendência financeira junto ao FNDE a respeito da prestação de contas da primeira parcela dos recursos liberados	Despacho: DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, promover no prazo designado as providências necessárias, a fim de viabilizar a citação da parte requerida, indicando, os meios para tal, sob pena de a inércia resultar na extinção do processo, sem resolução do mérito.
0001027-76.2018.8.27.2712	MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	inadimplência do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), exercício 2016.	Sentença: Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade ativa do MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS e, por consequência, DEIXO DE RESOLVER O MÉRITO DA DEMANDA nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.
0001154-14.2018.8.27.2712	MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	ausência de recolhimento ao INSS das contribuições previdenciárias descontadas dos servidores públicos do	REVELIA. Despacho determinando expedição de ofício à Receita Federal e ao INSS para que apresentem informações acerca dos repasses

				Município, mas não repassadas ao INSS.	previdenciários do INSS ao Município de Axixá/TO, entre os anos 2013 até 2016.
0001516-79.2019.8.27.2712	MINISTÉRIO PÚBLICO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	abandono de veículos e maquinários públicos.	Concluso para julgamento
0000032-92.2020.8.27.2712	MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	AURI WULANGE RIBEIRO JORGE	Ação Civil de Improbidade Administrativa	ausência de prestação de contas do TERMO DE COMPROMISSO firmado com o FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO/FNDE para aquisição de mobiliário para equipar escolas de educação básica	Despacho: a) DETERMINO que a Secretaria proceda com as diligências necessárias para CITAR o réu, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente defesa escrita, conforme o disposto no artigo 17, §7º da Lei n.º 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa.
0002714-13.2022.8.27.2724	MINISTÉRIO PÚBLICO	THAMYRES DUARTE OLIVEIRA e outros	Ação Civil de Improbidade Administrativa	nomeação da companheira do Prefeito na Secretaria Municipal de Esporte e Juventude de Axixá do Tocantins, para ocupar cargo em comissão na estrutura administrativa municipal, nepotismo	Concluso para julgamento